

REFORMA TRIBUTÁRIA – PRIMEIRAS LIBERAÇÕES

A Reforma Tributária do Consumo, que substituirá os atuais impostos ICMS, ISS, PIS e COFINS, terá início de vigência em jan/2026 e trará, para os documentos fiscais (NF-e, CT-e, NFS-e etc.), novos campos, cálculos e regras de preenchimento.

O Benner ERP liberou, nas releases 06.04.44 e 06.05.13 de 26/06/2025, os primeiros cadastros que visam atender à emissão e escrituração dos documentos fiscais da Reforma Tributária.

É importante destacar que todas as implementações para atender à Reforma Tributária serão disponibilizadas nas versões 06.04 e 06.05. Caso sua empresa esteja utilizando uma versão anterior, programe-se para efetuar a atualização do sistema o quanto antes. Em caso de dúvidas sobre a atualização, entre em contato com o departamento de suporte para os devidos esclarecimentos.

Próximas liberações previstas sobre a Reforma Tributária no ERP:

- 24/07/2025: novos cadastros e parâmetros;
- 04/09/2025: opção para geração das notas fiscais pelo módulo Comercial > Faturamento:
- 27/11/2025: demais implementações para atender às escriturações de entradas e integrações.

Confira, nas novidades das releases 06.04.44 ou 06.05.13, o que efetivamente foi liberado sobre a Reforma Tributária



REFORMA TRIBUTÁRIA - Novo módulo web: Tributos 2 (2422333)

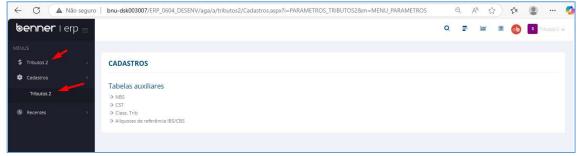
A Reforma Tributária vem para substituir todos os atuais impostos sobre o consumo (ICMS, ISS, PIS e COFINS), mas haverá um longo período de transição, de 2026 até 2032. Somente a partir de 2033 os novos tributos (IBS, CBS e IS) passarão a vigorar exclusivamente.

Pensando no futuro, e para facilitar a continuidade apenas com os novos tributos da Reforma Tributária, as soluções do Benner ERP estão sendo desenvolvidas separadamente das soluções tributárias atuais.

O primeiro impacto é a criação de um novo módulo, chamado **Tributos 2**. Ou seja, os novos cadastros e parâmetros que serão implementados para atender à Reforma Tributária estarão disponíveis exclusivamente para manutenção no novo módulo Tributos 2, acessível apenas na versão Web do ERP (não estará disponível na versão Desktop).

Os clientes que utilizam a versão Desktop poderão continuar utilizando normalmente o sistema atual e terão acesso aos novos cadastros apenas para consulta. No entanto, para realizar manutenções (inclusões, alterações ou exclusões), será necessário utilizar a versão Web.

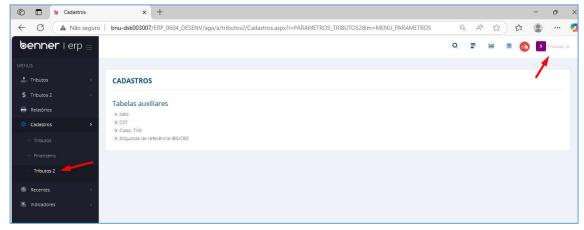
Abaixo, imagem de exemplo do novo módulo Tributos 2 na versão Web, com o novo papel de mesmo nome e os novos cadastros disponibilizados:



Observação: As mesmas tarefas do novo papel Tributos 2 foram incluídas nos papéis CONTROLLER, CONTADOR, ANALISTA Fiscal, ASSISTENTE Fiscal e TRIBUTOS, ou seja, após atualizar o sistema e acessar o mesmo com algum desses papéis, os cadastros do Tributos 2 ficarão acessíveis a partir do



Tributos:



REFORMA TRIBUTÁRIA - Alíquotas de Referência do IBS e CBS - Novo cadastro (2426031)

Foi implementado o cadastro de alíquotas de referência IBS/CBS com o objetivo de identificar as respectivas alíquotas de referência que o Senado definirá para o IBS UF, IBS Município e para a CBS. Nas primeiras versões das notas fiscais, serão as alíquotas definidas nesse novo cadastro que o sistema utilizará para calcular os tributos nos documentos.

Acesso: Cadastros -> Tributos2 -> Alíquotas de referência IBS/CBS, pelos mesmos papéis



O sistema incluirá automaticamente uma vigência de 01/07/2025 a 31/12/2026 com as alíquotas fixas previstas na LC 214/2025:

- 0,1% para IBS UF
- 0% para IBS Município
- 0,9% para CBS



A partir de 2027, os valores serão atualizados conforme legislação.



Informação técnica:

Tabela: TR ALIQUOTASREFERENCIAIBSCBS

- **ALIQUOTACBS**
- ALIQUOTAIBSUF
- ALIQUOTAIBSMUNICIPIO
- VIGENCIAINICIAL
- **VIGENCIAFINAL**



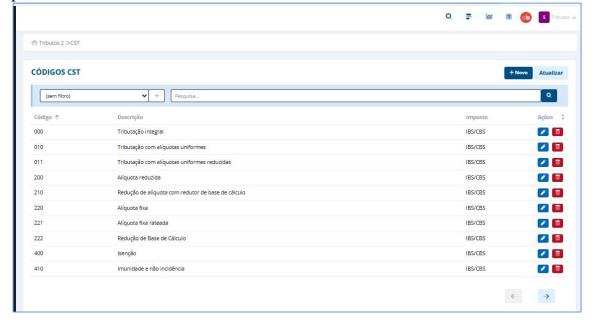
REFORMA TRIBUTÁRIA - CST IBS/CBS - Novo cadastro (2418647)

Foi implementado o cadastro de CST, conforme a tabela publicada pelo fisco no Portal da DFe, cujos códigos serão utilizados nos itens das notas fiscais.

Acesso pelo menu: Cadastros -> Tributos2 -> CST, disponível para os papéis: TRIBUTOS 2, CONTROLLER, CONTADOR, ANALISTA Fiscal, ASSISTENTE Fiscal ou TRIBUTOS



O sistema incluirá automaticamente todos os códigos CSTs existentes na tabela última publicada na semana de 26/06/2025:





Observação: Ainda não há CST para o imposto IS; todos os códigos são para IBS/CBS.

Informação técnica:

Tabela: $TR_CODIGOSCST$

- **CODIGO**
- **DESCRICAO**
- IMPOSTO (1 IBS/CBS, 2 IS)



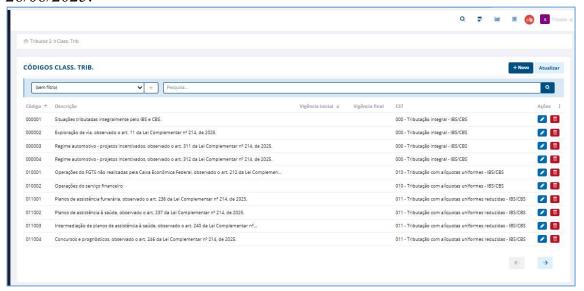
REFORMA TRIBUTÁRIA – Classificação Tributária (cClassTrib) - Novo cadastro (2418650)

Implementado o cadastro de Classificação Tributária (cClassTrib), com base na tabela do fisco, que será usada como chave nos itens das notas fiscais.

Acesso pelo menu: Cadastros -> Tributos2 -> Class. Trib, disponível para os papéis já citados.



O sistema incluirá automaticamente os códigos da tabela da última semana de 26/06/2025:



Informação técnica:

Tabela: TR CODIGOSCLASSTRIB



- CST (referência para TR_CODIGOSCST)
- CODIGO
- **DESCRICAO**
- EC
- LCREDACAO
- VIGENCIAINICIAL
- **VIGENCIAFINAL**
- LC21425



REFORMA TRIBUTÁRIA – Cadastro de NBS (2418653)

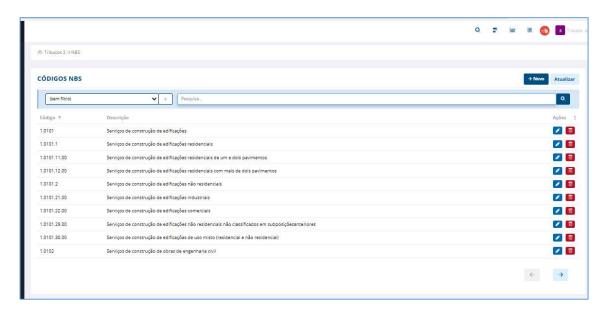
O cadastro NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços), utilizado anteriormente no SISCOSERV, será utilizado nas rotinas da Reforma Tributária, conforme previsto na LC 214/2025.

Acesso: Cadastros -> Tributos 2 -> NBS, pelos mesmos papéis já mencionados.



Para bases sem registros: os códigos do Anexo I da Portaria RFB/SECEX nº 2.000/2018 serão incluídos automaticamente.

Para bases com registros: a inclusão pode ser feita manualmente via botão Atualizar (canto superior direito).



Informação técnica:



Tabela: *TR_CODIGOSNBS*

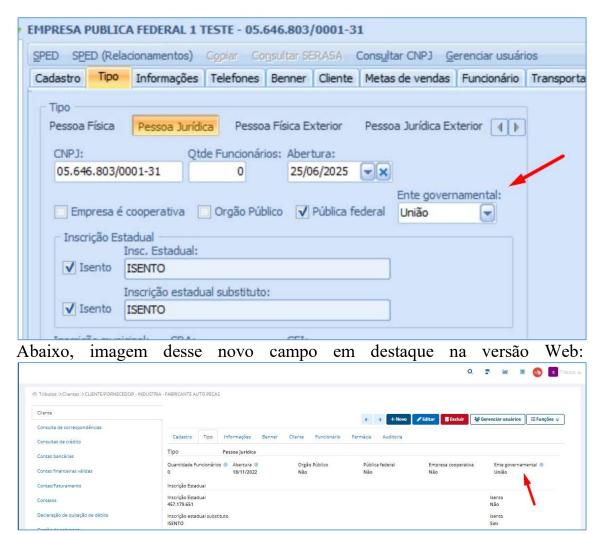
- CODIGO
- **DESCRICAO**



REFORMA TRIBUTÁRIA - Cadastro de pessoas, novo campo para identificar o Ente governamental (2428390)

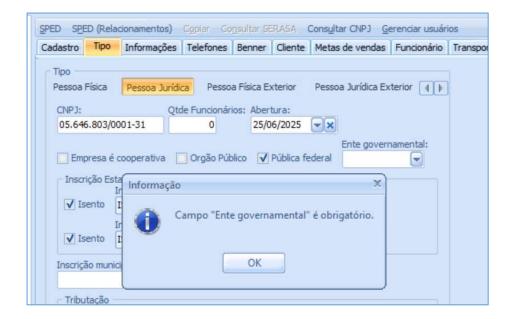
Foi implementado no cadastro de pessoas (fornecedores/clientes) um campo chamado Ente governamental, que deve ser preenchido com a opção União, Estado, Município ou Distrito Federal sempre que a pessoa for um ente governamental. Esse campo viabiliza a geração das informações exigidas pelas notas técnicas dos documentos eletrônicos, tanto para o tipo do ente quanto para os cálculos específicos aplicáveis.

Abaixo, imagem desse novo campo em destaque na versão Desktop:



Foi implementada uma validação que torna obrigatório o preenchimento desse novo campo sempre que os campos Órgão Público e/ou Pública Federal estiverem marcados:





Portanto, se alguma empresa realiza integração com esse cadastro e envia um dos campos Órgão Público e/ou Pública Federal, será obrigatório enviar também o novo campo Ente governamental.

Ao atualizar o sistema, os dados existentes serão preenchidos automaticamente conforme as seguintes regras:

- Se o estado for "DF" e Órgão Público ou Pública Federal estiver marcado, o campo assumirá o valor Distrito Federal
- Se o estado for diferente de "DF" e o campo Pública Federal estiver marcado, o campo assumirá a opção União.

Informação técnica:

Tabela: GN PESSOAS

Campo: TIPOENTIDADEGOVERNAMENTAL

Opções:

- 1. União
- 2. Estado
- 3. Distrito Federal
- 4. Município

